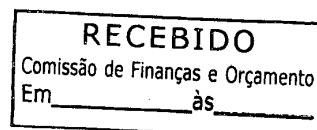


São Paulo, 23 de outubro de 2019



DOCREC

693/2019

Ofício endereçado ao Ministério Público do Trabalho

Nós trabalhadores solicitamos que façam uma investigação urgente no Consórcio Circuito de Compras SPE S.A para apurar as irregularidades que estão sendo cometidas pelo Consórcio, e permitindo pela Prefeitura e a União, já que é uma área pública da União administrada pela prefeitura da cidade de São Paulo, que se fala que não estão pagando IPTU, ou se pagam, está sendo pago abaixo do preço de mercado. Não pagam os impostos sobre as transações financeiras milionárias de compras e vendas de boxes, como está na nossa Constituição Federal, que qualquer transação comercial, os impostos precisam ser pagos para manutenção do país.

Como exemplo: Nos Microempresários, somos obrigados a qualquer venda que fizermos, emitir nota fiscal, pagar os impostos. Ou quando compramos um salão, ou alugamos, somos obrigados a pagar o IPTU para o Município da cidade de São Paulo.

Quando contratamos um funcionário, somos obrigados a registrar e pagar os impostos e encargos trabalhistas, mas o Consórcio Circuito de Compra SPE S.A não faz o mesmo, contrariando a legislação do país. Como se tivesse criando dois poderes no país, um que é legítimo, que é formado pela constituição Federal e outro que são organizações de um consórcio que um grupo de empresários chinês e brasileiros que segundo a justiça estão envolvidos em vários processos trabalhistas. Não registra os funcionários como está na lei do país, criaram suas próprias leis. Solicitamos que o ministério público do trabalho e do patrimônio social façam uma investigação e acompanhe pelos 35 anos da administração do consórcio, desde já, até o fim da construção do novo shopping. Para que os trabalhadores tenham os seus direitos garantidos, contamos com o ministério público e a justiça, para que garanta os direitos dos 4 mil trabalhadores que trabalhavam no local antes da licitação e vejam que absurdo, segundo a justiça eles respondem em vários processos trabalhistas e outros processos, tais como na lava jato, operação pandora e sonegação fiscal de impostos de IPTU na cidade de São Paulo e outros estados.

Quando nós trabalhadores abrimos uma CPI na câmara a um ano atrás, um dos sócios, o chinês Zhu falou que não tinha nenhum funcionário, e possuía um comércio pequeno e investiu 13 milhões e recebeu 17 milhões de comissão das vendas dos boxes. Queremos que investiguem de onde veio tanto dinheiro. E ainda por cima, não pagou os impostos porque segundo ele, no contrato de licitação o ex-prefeito Fernando Haddad e seu secretário do trabalho Arthur, isentou o pagamento de impostos e até agora ninguém tomou as providências, será que eles têm mais poderes do que a nossa Constituição Federal? Porque nos trabalhadores fomos expulsos pela prefeitura e consórcio na calada da noite. Mandaram a Guarda Metropolitana e a Polícia Militar tirar a gente

CMSP - SP - 22 - 23/10/2019 - 12:28 - 010646 - 1/2

disparando tiros de borracha e bombas, ferindo vários trabalhadores e ninguém toma as providências, destruindo vários empregos e jogando nós para ir trabalhar nas calçadas das ruas correndo dos fiscais da prefeitura e da Guarda Metropolitana, violando os nossos direitos e ninguém toma às providências cabíveis ainda, como se não bastasse o que fizeram estão mandando uma dívida que é ilegal para cada trabalhador R\$33.400,16 através de uma ação judicial bloqueando os bens e as contas bancárias que está nos impossibilitando de continuarmos trabalhando para manter as nossas famílias e os nossos funcionários.

Nós trabalhadores solicitamos encarecidamente que tomem as providências. Nós também estamos lutando para abrir uma CPI todas as quarta-feira às 14hrs no primeiro andar, na Câmara Municipal, na Comissão de Justiça para que os vereadores apurem as irregularidades, se for possível o ministério público do trabalho e do patrimônio social, manda um representante para nos ajudar para garantir os nossos direitos de trabalho. Nós agradecemos porque abaixo de Deus só nos resta o Ministério Público e a Justiça que nós confiamos.

Atenciosamente,

Alex Omar Cabral

RG: 9.820.715-5

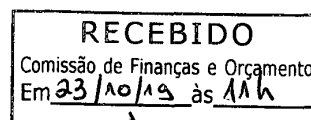
Endereço: Rua: José Silva Alcântara filho, N° 205

Bairro: Burgo Paulista

CEP: 03680 000 - São Paulo – SP /

Celular: (11) 94712-6173

Telefone: (11) 20412715



Mano Sérgio Horta

Ciente e Encarregado
Assinado